



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Tipo: **Apelação Cível nº 261286-6**
Apelante(s): **Anderson Braz da Silva e outros**
Apelado(s): **Transportadora Itamaracá Ltda e outros**
Relator: **Desembargador Tenório dos Santos**

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS POR ATO ILÍCITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO. AMPUTAÇÃO DE MEMBRO. VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO (ÔNIBUS). DENÚNCIAÇÃO À LIDE DA SEGURADORA. SENTENÇA. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA EM DANOS MORAIS NO VALOR DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS). APELAÇÕES. AUTOR QUE PERSEGUE O ALCANCE DE TODOS OS PEDIDOS FORMULADOS NA INICIAL COM OS SEUS RESPECTIVOS VALORES. EMPRESA RÉ QUE BUSCA A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS OU A MINORAÇÃO DO VALOR FIXADO NA SENTENÇA. SEGURADORA RÉ REQUER O RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA DE COBERTURA DE DANOS MORAIS E ESTÉTICOS E A EXCLUSÃO DA SOLIDARIEDADE. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO. MAJORAÇÃO DO VALOR DOS DANOS MORAIS PARA R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) E CONDENAÇÃO NOS DANOS ESTÉTICOS NA QUANTIA DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), COM OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA E RESPONSABILIDADE OBJETIVA. APELOS DAS EMPRESAS RÉ IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

- A empresa permissionária de serviço público, tem responsabilidade civil objetiva, prevista no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, bastando demonstrar a existência do *dano* e o *nexo causal* dele decorrente, para que a parte prejudicada faça jus à reparação pelos prejuízos causados pelos atos comissivos dos agentes públicos e aos a eles comparados, sendo desnecessária a discussão sobre a culpa;



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

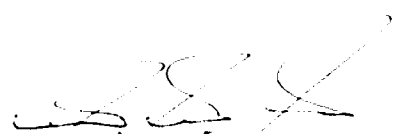
Apelação Cível nº 261286-6

- A responsabilidade da seguradora é solidária e se limita ao valor contratado a título de cobertura, não podendo ser obrigada a pagar valor maior;
- Precedentes.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Cível nº 261286-6, tendo Apelantes Anderson Braz da Silva, Transportadora Itamaracá Ltda e a Nobre Seguradora do Brasil S/A e Apelados Transportadora Itamaracá Ltda, Seguradora do Brasil S/A e Anderson Braz da Silva, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores componentes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao apelo do autor para majorar o valor dos danos morais no aporte de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e condenar as empresas rés em danos estéticos em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com obrigação solidária e responsabilidade objetiva, negando provimento aos apelos da Transportadora Itamaracá Ltda e Nobre Seguradora do Brasil S/A, tudo nos termos do voto da Turma.

Recife, 16/6/11.


Des. Tenório dos Santos
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Tipo: APELAÇÃO CÍVEL Nº 261286-6
Apelante(s): ANDERSON BRAZ DA SILVA e outros
Apelado(s): TRANSPORTADORA ITAMARACÁ LTDA e outros
Relator: Desembargador TENÓRIO DOS SANTOS

RELATÓRIO:

Trata-se de Ação de indenização por danos materiais e morais em virtude do atropelamento de menor, à época do fato (18.5.2006) com 10 (dez) anos, do qual resultou o esmagamento e amputação do membro inferior direito, razão pela qual pleiteou a condenação da empresa ré no pagamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por danos materiais; por lucros cessantes a partir de 14 anos de idade até 70 anos, na base de um salário mínimo, totalizando R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e, ainda, 300 (trezentos) salários mínimos vigentes a época da sentença por danos morais, perfazendo a quantia de R\$ 415.600,00 (quatrocentos e quinze mil e seiscentos reais).

Denunciada, a Nobre Seguradora do Brasil S/A, ofertou contestação (fls.172/197).

Sentença de fls. 359/362, que julgou procedente, em parte, a pretensão e condenou as rés, solidariamente, em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por danos morais e estéticos, e verba honorária de 20% sobre o valor da condenação.

Opostos e rejeitados os Embargos de Declaração de Autor e Rés (fls.365/366; 368/372; 374/381; 383/384; 386/387 e 389/390), aqueles interpuseram recursos de Apelações, conforme fls. 393/397; 403/421 e 423/440, respectivamente, o primeiro requerendo a majoração da condenação e o segundo e terceiro a reforma da sentença para ser afastada a reprimenda imposta.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 261286-6

Manifestação da Procuradoria Geral de Justiça pela ausência de interesse público que justifique a intervenção daquele órgão no feito (fls. 496/497).

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 25/4/14.


Des. Tenório dos Santos
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

509
M

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Tipo: APELAÇÃO CÍVEL Nº 261286-6
Apelante(s): ANDERSON BRAZ DA SILVA e outros
Apelado(s): TRANSPORTADORA ITAMARACÁ LTDA e outros
Relator: Desembargador TENÓRIO DOS SANTOS

VOTO:

A celeuma posta para deslinde gira em torno da condenação solidária imposta as rés/apelantes pelos danos morais e estéticos causados ao autor, também, apelante, o qual foi vítima de atropelamento que resultou no esmagamento e amputação do membro inferior direito.

Conforme narra a exordial, o veículo pertencente à empresa ré que fazia a linha Arthur Lundgren I/PE-15, quando circulava pela Av. Floresta, no sentido terminal/PE-15, bairro de Arthur Lundgren I, ao chegar ao cruzamento formado pela indicada avenida e pelas Ruas Bonito e Severino Francisco Lopes, ao defletir à direita objetivando atingir esta última artéria, atropelou o autor, no momento em que aquele, em companhia de outras crianças procedentes do colégio, realizava a travessia da Rua Severino Francisco Lopes, no sentido Rua Águas Claras, no citado bairro.

A sentença de piso (cf. fls. 359/362) julgou procedente, em parte, a pretensão autoral condenando as rés, solidariamente, em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a título de danos morais e estéticos, com juros legais de 1% (um por cento) ao mês, com incidência a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), e correção monetária, a partir do arbitramento da indenização (Súmula 362 do STJ), bem como no pagamento da verba honorária de 20% sobre o valor da condenação.

Acontece que a togada sentenciante adotou a linha de raciocínio segundo a qual, sendo a transportadora permissionária de serviço



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 261286-6

público, aplicou a tese da responsabilidade civil objetiva, prevista no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, segundo a qual basta o autor demonstrar a existência do *dano* e o *nexo causal* dele decorrente, para fazer jus à reparação pelos prejuízos causados pelos atos comissivos dos agentes públicos e aos a eles comparados, sendo desnecessária a discussão sobre a culpa.

Os argumentos recursais formulados pela Transportadora Itamaracá Ltda. falecem de qualquer guarida e, no choque com a sentença vergastada, deve prevalecer o entendimento externado pela togada de piso, haja vista que, tratando-se de responsabilidade objetiva, descabe a alegação de *'ausência de comprovação da responsabilidade da transportadora'*, pois que desnecessária na conformidade do que vem entendendo os nossos Tribunais, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, como pode ser visto no seguinte aresto:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.385.257 - PB (2010/0215784-0)
RELATOR: MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
AGRAVANTE: TRANSNACIONAL TRANSPORTES NACIONAL
DE PASSAGEIROS LTDA ADVOGADO: HEMILTON PEREIRA
DA COSTA E OUTRO (S) AGRAVADO: ENILDO
ALBUQUERQUE COSTA FILHO E OUTROS ADVOGADO: JOÃO
PAULO DE JUSTINO E FIGUEIREDO E OUTRO (S)
INTERESSADOS : LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A
ADVOGADO: FERNANDO CESAR SILVA E OUTRO (S)
DECISÃO. Trata-se de agravo de instrumento interposto por
TRANSNACIONAL TRANSPORTES NACIONAL DE
PASSAGEIROS LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial
com base nas Súmulas ns. 283/STF e 7/STJ. Alega a parte agravante, em
síntese, que o recurso especial atendeu os pressupostos de
admissibilidade, razão pela qual requer o seu processamento. É o
relatório. Decido. O recurso especial foi interposto contra acórdão assim
ementado: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR
DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS - ACIDENTE
AUTOMOBILÍSTICO - ATROPELAMENTO DE CICLISTA POR
ÔNIBUS - DENÚNCIAÇÃO À LIDE - SEGURADORA -
PROCEDÊNCIA PARCIAL - IRRESIGNAÇÃO - 1. APELO DOS
PROMOVENTES - 1.1 INCAPACIDADE DA VÍTIMA NÃO
DEMONSTRADA - 1.2 DANOS MATERIAIS, MORAIS E
ESTÉTICOS - OCORRÊNCIA - 1.3 QUANTUM"



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 261286-6

INDENIZATÓRIO EXCESSIVO - MAJORAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - 1.4 HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS - INCIDÊNCIA SOBRE O TOTAL DA CONDENAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 20, § 3º, DO CPC - PROVIMENTO PARCIAL DO PRIMEIRO APELO. (...) 2.1. As pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causem a terceiros, ainda que não usuários do serviço. (...) 3.2- RESPONSABILIDADE OBJETIVA - OCORRÊNCIA - EMPRESA PERMISSONÁRIA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO - APLICABILIDADE DO ARTIGO 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (...) - (STJ - Ag: 1385257. Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Publicação: DJ 21/03/2011).

No que toca a Nobre Seguradora do Brasil S/A, descabe a alegação de ausência de previsão contratual para cobertura de danos morais a terceiros não transportados e a interpretação restritiva do contrato de seguro, bem assim da alardeada necessidade de exclusão da solidariedade e da responsabilidade subsidiária da seguradora, vez que, na hipótese dos autos, é inquestionável a responsabilidade solidária que está limitada, como óbvio, ao valor contratado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA SEGURADORA. ACORDO FIRMADO ENTRE SEGURADORA E SEGURADO. A responsabilidade da seguradora perante o segurado é solidária. Com a instituição do litisconsórcio passivo unitário, a seguradora assume a condição de devedora de eventual obrigação de indenizar. Ainda mais no caso em que, com a procedência da ação de indenização e da lide secundária, a responsabilidade da seguradora se desvinculou do contrato e passou a ter respaldo no próprio título executivo. Em decorrência, a seguradora não pode impor, na execução, acordo entabulado com o segurado, do qual o credor não fez parte. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (Agravado)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 261286-6

Nº 70055672158, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Aquino Flôres de Camargo, Julgado em 15/08/2013).

(TJ-RS - AGV: 70055672158 RS, Relator: José Aquino Flôres de Camargo. Data de Julgamento: 15/08/2013, Décima Segunda Câmara Cíve. Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/08/2013).

ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE DA SEGURADORA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA SEGURADORA EM RELAÇÃO À CONDENAÇÃO IMPOSTA AO SEGURADO POR ACIDENTE CAUSADO POR ESTE. A REVELIA DO RÉU, QUE ADMITE CULPA PELO SINISTRO, NÃO EXCLUI A OBRIGAÇÃO CONTRATUAL DA SEGURADORA DE GARANTIR PELOS PREJUÍZOS CAUSADOS A TERCEIRO. RECURSO PROVIDO.

(TJ-RS - Recurso Cível: 71004591608 RS. Relator: Carlos Eduardo Richinitti. Data de Julgamento: 24/10/2013, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 28/10/2013).

REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. REVELIA DA SEGURADA E DO MOTORISTA DO VEÍCULO SEGURADO. TERCEIRO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. POSSIBILIDADE DA CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DA SEGURADORA. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA NOS LIMITES DA APÓLICE. SEGURADORA QUE INDENIZOU TERCEIRO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, ESGOTANDO O LIMITE DA COBERTURA. PRELIMINARES AFASTADAS. A seguradora ré é legitimada passiva para a ação indenizatória, movida também contra seu segurado, havendo entre estes litisconsórcio passivo unitário. Assim, pode o terceiro envolvido em acidente mover a ação indenizatória contra o segurado causador do acidente e contra a seguradora, que responde solidariamente com seu segurado. Preliminares afastadas. No mérito, houve um terceiro veículo que foi abalroado pelo automóvel da segurada Michele,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 261286-6

513
M

sendo que o proprietário desse terceiro veículo já foi indenizado pela seguradora na via administrativa com o pagamento de R\$ 10.000,00 (fl. 76). Considerando que o valor da cobertura securitária por dano material era de R\$ 10.000,00, esgotou-se referida cobertura com o pagamento feito no terceiro. A responsabilidade da seguradora se limita ao valor contratado a título de cobertura, não podendo ser obrigada a pagar valor maior. Assim, afasta-se a condenação da seguradora a indenizar, pois a cobertura securitária já se esgotou, mantendo-se a condenação dos demais réus. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004243358, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Lucas Maltez Kachny, Julgado em 17/12/2013).
(TJ-RS - Recurso Cível: 71004243358 RS. Relator: Lucas Maltez Kachny, Data de Julgamento: 17/12/2013, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/12/2013).

Verificada a efetiva ocorrência do dano e o dever de indenizar, faz-se necessário, por conseguinte, proceder ao exame do *quantum* indenizatório arbitrado pela magistrada singular.

Na mensuração do valor da indenização, há que se dar a devida dimensão ao grau de culpa do recorrente, bem como à capacidade econômica do mesmo, a fim de se chegar a uma quantia razoável e proporcional, em consonância com os parâmetros jurisprudenciais estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 780.548/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 25/03/2008, DJe 14/04/2008; (REsp 745.710/RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2006, DJ 09/04/2007, p. 254).

Conforme defende a Ministra Nancy Andrichi, deve-se aplicar ao campo da responsabilidade civil a teoria da causalidade adequada, de modo que, ainda que outras causas tenham contribuído para a produção do dano, é preciso dar o devido relevo jurídico à causa que decisivamente foi capaz de produzi-lo (REsp 539.736/SPDJ 23/10/2006, p. 296), fazendo-se a necessária proporcionalidade por ocasião do arbitramento da indenização.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Apelação Cível nº 261286-6

A quantia estabelecida na sentença hostilizada se coaduna com a culpabilidade do recorrente, motivo pelo qual deve ser mantida, não estando a merecer redução e nem majoração.

Pegando carona nessa linha de entendimento, falece de agasalho a pretensão deduzida pelo autor/apelante, que persegue *'a reforma do julgado visando à condenação da empresa ré no pagamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por danos materiais; por lucros cessantes a partir de 14 anos de idade até 70 anos, na base de um salário mínimo, totalizando R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e, ainda, 300 (trezentos) salários mínimos vigentes a época da sentença por danos morais'*, haja vista que o valor arbitrado na primeira instância, como já dito, obedece aos contornos ditados pela jurisprudência pátria em se tratando de danos morais e estéticos, não se mostrando irrisório, tampouco excessivo a ponto de merecer qualquer revisão.

Em relação aos danos materiais, estes carecem de comprovação, o que não se vê da detalhada apuração dos autos, também, neste ponto, não merece guarida a insurgência autoral.

Nessa vertente:

RECURSO DE APELAÇÃO AÇÃO DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO RESPONSABILIDADE CIVIL REPARAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS PREJUÍZOS. 1. Para ter direito à indenização por danos materiais, o ofendido deve comprovar o efetivo prejuízo patrimonial decorrente do ato ilícito. 2. Parcial procedência da ação. 3. Sentença reformada para julgar a ação improcedente e condenar o apelado ao pagamento dos ônus da sucumbência. 4. Recurso provido. (TJ-SP - REEX: 1729068920068260000 SP 0172906-89.2006.8.26.0000, Relator: Francisco Bianco, Data de Julgamento: 05/12/2011, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 07/12/2011).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

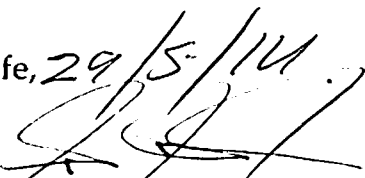
Apelação Cível nº 261286-6

Assim entendido, também não merece agasalho a pretensão recursal deduzida pelo autor **Anderson Braz da Silva**, pois o demonstrativo dos valores indenizatórios formulados e pretendidos, cujo somatório resulta na exorbitante quantia de R\$ 415.600,00 (quatrocentos e quinze mil e seiscentos reais), não possuem base legal para sua sustentação, portanto, a apelação deve ser improvida.

Forte nesse raciocínio lógico-jurídico e ante a ausência de elementos que possam ensejar a reforma da decisão de piso, **voto pelo improvimento** das apelações intentadas, mantendo a sentença açoitada em toda a sua inteireza.

E como voto.

Recife, 29/5/14.


Des. Tenório dos Santos
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

516
M

4ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL nº 261286-6 – 3ª Vara Cível – Paulista

APELANTE: Anderson Braz da Silva e outros

APELADO: Transportadora Itamaracá Ltda e outros

RELATOR: Des. Tenório dos Santos

REVISOR SUBSTITUTO: Juiz Márcio Silva Aguiar

VOTO – REVISÃO

Cuidam-se de recursos de Apelação Cível interpostos por **Anderson Braz da Silva, Transportadora Itamaracá Ltda e Nobre Seguradora** de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Paulista (fls. 393/397), que, nos autos da Ação de Indenização por Danos por Ato Ilícito ajuizada contra **Transportadora Itamaracá Ltda**, julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar às rés ao pagamento de indenização no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos morais e estéticos, decorrentes do atropelamento cuja responsabilidade foi imputada a ré, acrescido de juros de mora, no percentual de 1% ao mês e correção monetária (Sumulas 54 e 362, STJ).

1. A insurgência do apelante cinge-se, basicamente, ao valor da indenização, esclarecendo que seu pedido consistiu no valor de R\$ 415.600,00, referentes aos danos morais, estéticos e psicológicos sofridos em face do acidente causado por coletivo de propriedade da ré, que ocasionou a perda de seu membro inferior direito.

O pedido foi entabulado da seguinte forma: R\$ 60.000,00, a título de danos materiais, pelas despesas com medicamentos, locomoção, cadeira de rodas, prótese modular para o membro inferior; R\$ 250.600,00 pela prática do ato ilícito, e 300 (trezentos) salários mínimos a título de danos morais.

Pugna pela reforma da r. sentença, com a majoração do valor da indenização de danos estéticos e morais e deferimento dos pedidos de danos materiais e danos por ato ilícito.

2. A Transportadora Itamaracá Ltda apela para reduzir o valor da indenização, ou excluí-la por completo, sob o fundamento de ausência de comprovação da culpa do motorista do ônibus, e culpa exclusiva da vítima (fls. 403/421).

Requer a reforma da sentença.

3. Interpõe também Recurso de Apelação a Nobre Seguradora do Brasil S/A, aduzindo, em suma, a ausência de cobertura contratual para cobertura de danos morais por atos ilícitos causados a terceiros não transportados; falta de manifestação a respeito da denúncia à lide (art. 76, do CPC) e exclusão da responsabilidade solidária, que deve ser subsidiária, nos limites do contrato.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

527
M

Requeru a reforma da sentença, para excluí-la da condenação solidária.

Contrarrazões às fls. 446/455, 456/461, 463/472.

O cerne da questão consiste em aferir a culpa do motorista do coletivo de propriedade da Transportadora Itamaracá, no acidente automobilístico que deu causa aos danos sofridos pelo autor, ocorrido em 18/05/2006, consoante descrito no Laudo Pericial elaborado pelo Instituto de Criminalística do Estado de Pernambuco (fls. 42/50).

Consistiu o referido acidente no atropelamento do autor, que à época possuía 10 anos de idade, tendo como consequência o esmagamento de perna e pé e, por isso, a perda do membro inferior direito, ensejando, assim, deformidade permanente (fotos de fls. 35/37).

Da narrativa dos fatos observa-se que o sinistro em questão deu-se quando o coletivo que trafegava na Av. Floresta, quando em cruzamento formado entre esta avenida e a Rua Francisco Lopes, defletiu à direita (mudança de via), para passar a trafegar na citada rua, quando atropelou o menor, que tentava atravessar a via, com seu pneumático dianteiro direito (fl. 46).

Restou evidenciado na documentação que as vias onde trafegava o coletivo não eram vias de grande fluxo, e ficavam localizadas em área residencial. Por certo, que dita circunstância exige que o motorista trafegue em baixa velocidade e com as devidas cautelas.

In casu, de acordo com as declarações dos autos, o condutor ao realizar a conversão, o fez repentinamente e em alta velocidade.

De acordo com o Boletim de Ocorrência de fl. 125/126 elaborado pelo órgão competente, foi constatado que, de fato, o menor havia sido atropelado pelo coletivo em questão (Placa KFS 8576) e que a vítima havia sido socorrida por uma UTI do SAMU e que o acusado havia se evadido do local.

mf

No tocante à prova testemunhal, as testemunhas arroladas informaram que à época, a rua que o ônibus trafegava estava interditada, havendo o desvio para a Rua Severino Francisco Lopes, local do acidente, que a rua não é bem sinalizada e que próximo a ela existe uma escola.

Esclareceu-se, ainda, que a criança atravessava a rua normalmente, com os colegas, e que na forma que o ônibus ingressou na rua, em velocidade e abruptamente, não tinha como evitar o acidente.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

518
M

Pois bem. Foram estas, em suma, as provas produzidas na ação de indenização, que, em sede de ação de natureza civil, levaram a concluir que o apelante deu causa ao sinistro e de consequente deve reparar o dano de cunho extrapatrimonial causado à vítima.

No contexto probatório, nenhuma alegação do réu/apelante me faz desviar do seguro rumo de convencimento que foi tomado na decisão injuriada.

De igual sorte, não se vislumbrou qualquer situação que pudesse amparar a tese entabulada pelo apelante de culpa da vítima.

De mais a mais, cumpre ressaltar que, tratando-se a empresa de ônibus de concessionária de serviço público, responde objetivamente pelos danos causados a terceiros, usuários ou não-usuários do serviço, dispensando, assim, a prova da culpa pelo evento ocorrido, consoante dispõe o art. 37, § 6º da Constituição Federal.

Em recente julgado, Recurso Extraordinário nº 591.874, o Relator Min. Ricardo Lewandowski, reconheceu a repercussão geral da questão pertinente à responsabilidade objetiva da concessionária de serviço de transporte coletivo em relação a terceiros não-usuários do serviço, firmando o entendimento abaixo:

CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, §6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO.

I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado. III - Recurso extraordinário desprovido.

(RE 591874, Relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 26/08/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-237 DIVULG 17-12-2009 PUBLIC 18-12-2009 EMENT VOL-02387-10 PP-01820)

Nesse sentido:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. A seguradora é parte legítima para figurar



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

519
M

como litisconsorte do segurado no polo passivo de demanda ajuizada pelo lesado em acidente de trânsito causado por aquele, haja vista a previsão de terceiro beneficiário de verba indenizatória na apólice de seguro. Precedentes do STJ. A responsabilidade da empresa de ônibus concessionária de serviço público é objetiva em relação a terceiros usuários ou não-usuários do serviço de transporte, prescindindo da prova da culpa pelo evento ocorrido, segundo decorre do art. 37, §6º da Constituição Federal. Assim, a responsabilidade da empresa de transporte coletivo somente pode ser afastada na hipótese de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito, força maior. A parte apelante deve indicar as razões de fato e de direito pelas quais pretende a reforma da sentença, nos termos do art. 514, II do CPC, bem assim o equívoco da decisão. Descumprida a determinação legal, o recurso não pode ser apreciado. Precedentes do STJ e do TJRS. Não cumprido esse requisito pela apelante quanto à discussão acerca da responsabilidade pelo acidente, inviável se torna o conhecimento do recurso no ponto. O recurso é despropositado no que diz com a negativa de cobertura securitária, porquanto não houve condenação ao pagamento de indenização por danos morais na sentença, tendo a julgadora a quo determinado apenas a reparação dos danos materiais, para os quais há cobertura securitária. Tendo em vista a perda total do veículo, a cotação da FIPE a ser adotada é aquela da data do acidente, em respeito ao art. 944 do CC vigente. AGRADO RETIDO IMPROVIDO. APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E IMPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70056667769, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 30/04/2014)

CONSTITUCIONAL E CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DE EMPRESA PERMISSIONÁRIA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO - EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE NÃO DEMONSTRADA - DEVER DE REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS - SEGURADORA. 1. O REGRAMENTO INSCULPIDO NO ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO) ALCANÇA AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA. 2. NÃO DEMONSTRADA, DE FORMA INEQUÍVOCA, A PRESENÇA DE EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE (CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR), IMPÕE-SE A CONDENAÇÃO DA EMPRESA PERMISSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO PELOS DANOS CAUSADOS A TERCEIRO EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO EM VIA PÚBLICA. 3. O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO QUE LEVA A VÍTIMA A AFASTAR DE SUAS ATIVIDADES LABORAIS, SUBMETENDO-A A UM SOFRIMENTO EM DECORRÊNCIA DAS LESÕES FÍSICAS E PERMANENTES SOFRIDAS EM RAZÃO DO SINISTRO, DEMANDANDO INTERNAÇÃO HOSPITALAR,

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

CIRURGIAS E TRATAMENTOS MÉDICOS, ALÉM DA DOR, DESCONFORTO, TRISTEZA E ANGÚSTIA QUE O ACOMPANHARÁ PELO RESTO DE SUA VIDA, JUSTIFICÁVEL O QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO PELA MAGISTRADA SENTENCIANTE. 4. A OBRIGAÇÃO DA SEGURADORA APELANTE AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SUPOSTA PELA EMPRESA RÉ, PERMISSIVIDADE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO, NOS LIMITES DO CONTRATO, RESTOU GARANTIDA POR MEIO DA SENTENÇA PROLATADA NOS AUTOS. 5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJ-DF - APC: 20110510017213 DF 0001704-81.2011.8.07.0005, Relator: SILVA LEMOS, Data de Julgamento: 20/11/2013, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 02/12/2013 . Pág.: 190)

É exatamente a hipótese dos autos, suficiente e capaz de amparar a condenação da concessionária de transporte público, ora ré.

No tocante ao dever de reparação da conduta decorrente de ato ilícito, esse encontra razão nos artigos 186 e 187 do Código Civil.

Por seu turno, o mesmo diploma legal, no seu art. 927, preleciona que, aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo, hipóteses estas incidentes sobre os fatos em apreciação.

No que diz respeito aos danos moral e estético experimentados pelo autor aos 10 anos de idade, acarretado pela perda de seu membro inferior, esse é inquestionável, como também cristalino o abalo em seu equilíbrio psicológico e a sua repercussão em toda a sua vida, que passará a ter inúmeras limitações.

Pois bem, constatando-se a ocorrência do ilícito, a indenização por danos morais é garantida de forma inquestionável em nosso ordenamento jurídico. Tanto que o legislador constituinte, ao cuidar dos direitos individuais na redação do art. 5º, por duas vezes trata da matéria, nos incisos V e X.

Diante dessas razões, não há como negar, *in casu*, a incidência de danos morais, a merecer total censura e reprovação.

Sucede que em relação ao *quantum* indenizatório, entendo que ele deve seguir os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo fixado num valor que tenha realmente o condão de reparar ou ao menos amenizar o dano e, em contrapartida, inibir o autor da conduta ilícita, evitando que ele volte a violar o direito de outrem.

Além disso, deve ser levado em conta a capacidade econômica do ofensor, que, *in casu*, é empresa de ônibus, atuante no mercado e em plena atividade, auferindo lucros constantes com o transporte de passageiros.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

321
M

De modo que, deve ser a ele imputada condenação em valor compatível com a sua condição financeira e punir o ilícito causado ao menor, ensejador de dano estético permanente.

Nesse sentido, se alinha a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E ESTÉTICO. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 387/STJ. 1. É lícita a cumulação das indenizações por dano moral e por dano estético decorrentes de um mesmo fato, desde que passíveis de identificação autônoma, a teor do que dispõe a Súmula n. 387/STJ. 2. Agravo regimental desprovido.

(STJ - AgRg no REsp: 1302727 RS 2011/0132655-0, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 02/05/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: REPDJe 22/05/2013)

Posto isso, no caso concreto, levando em consideração as questões fáticas, a extensão da lesão psíquica e emocional causadas ao apelante, consubstanciado na perda de seu membro inferior direito, bem como a quantificação da conduta ilícita e capacidade econômica do ofensor, a hipótese é a de reconhecer a desproporcionalidade do valor indenizatório arbitrado na sentença recorrida, de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), insuficiente a atender à sua função de ressarcitória.

Assim, no alcance de compatibilizar o valor da indenização a parâmetros razoáveis, é caso de sua majoração, pelo que fixo em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de dano estético e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de danos morais.

No tocante aos danos materiais, embora estes sejam presumíveis, não foram devidamente comprovados, de modo que não podem ser deferidos.

Passo ao exame das irresignações da seguradora pertinentes à lide secundária.

No tocante à responsabilidade da seguradora, constata-se que no Certificado de Seguro, correspondente ao veículo, Placa KFS-8576, encontra-se expressamente previsto nas Coberturas Contratadas, a cobertura adicional para Danos Materiais para 3º não transportado, Danos Corporais para 3º não transportado, no limite máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para casa uma das coberturas (fl. 122).

A aludida Responsabilidade Civil da Seguradora está prevista na cláusula 3.6, item 3.6.1.1, garantindo ao segurado, até o limite da importância segurada fixada na apólice, a indenização e/ou reembolso ao estipulante ou segurado das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente, relativo aos danos materiais causados pelo veículo transportador especificado, a bens de terceiros não transportados.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

Embora não tenha havido a contratação para cobertura de danos morais para 3º não transportado, a indenização a tal título deve ser incluída na rubrica danos materiais a terceiros, para os quais há previsão de cobertura de R\$ 40.000,00.

Logo, também quanto aos danos morais, deve a Seguradora arcar com as despesas havidas em razão da condenação, nos limites do valor contratado.

Acrescento que, a respeito da cobertura securitária dos danos morais, restou editado o verbete de súmula nº 402 pelo STJ:

"O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão."

E, no caso, inexistente cláusula expressa de exclusão de cobertura pelos danos morais na apólice, não bastando mera referência nas condições gerais do seguro.

Desta feita, correta a denúncia da lide da seguradora, fundada no art. 70, III, do CPC, e sua condenação de forma solidária, como vem admitindo a Jurisprudência pátria, respeitando-se os limites previstos na apólice.

Do exposto, dou provimento parcial ao recurso do autor, para reformar a r. sentença recorrida, para majorar o valor da indenização por danos morais para R\$ 50.000,00 (cinquente mil reais) e fixar a indenização por dano estético, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

De conseguinte, nego provimento aos recursos das rés - Transportadora Itamaracá e Nobre Seguradora - reconhecendo a obrigação solidária da seguradora no tocante ao pagamento da indenização.

É como voto.

Recife, 23.05.14.
Márcio Silva Aguiar
Juiz Márcio Silva Aguiar
Relator substituto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CÍVEL – 22/05/2014

APELAÇÃO CÍVEL Nº 261286-6 - PAULISTA

APELANTES: ANDERSON BRAZ DA SILVA E OUTROS

APELADOS: TRANSPORTADORA ITAMARACÁ LTDA E OUTROS.

RELATOR: DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Presidente, antes de me pronunciar a respeito do relatório deste processo, gostaria de lembrar a Vossa Excelência, que o 51 da pauta, apelação cível 317422, que ficou para ser julgada na próxima sessão, e teve pedido de sustentação oral, é da revisão do Des. Evandro Magalhães, em substituição ao Desembargador Jones Figueirêdo Alves, então me parece que há necessidade da convocação de Sua Excelência para que venha...

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Muito bem lembrado, o secretário deverá adotar as providências cabíveis no sentido de convocar o eminente Desembargador Evandro para comparecer na próxima sessão. Vossa Excelência tem a palavra.

O EXCELENTÍSSIMO DES. RELATOR TENÓRIO DOS SANTOS INICIOU O RELATÓRIO E FOI INTERROMPIDO PELO DES. PRESIDENTE CÂNDIDO SARAIVA.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Desembargador Tenório, se Vossa Excelência me permitir, apenas uma observação. Estou observando que o nobre causídico já está utilizando as vestes talaras com a intenção de sustentação oral, Vossa Excelência talvez não tenha entendido que a sustentação oral não pode ser deferida para a própria sessão, se Vossa Excelência deseja fazer sustentação oral, como foi dito no processo anterior, será deferida a preferência com sustentação oral na próxima sessão. Se Vossa Excelência deseja que o processo seja julgado agora, ele terá preferência, porém sem sustentação oral. É uma opção de Vossa Excelência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DR. LEOZILDO MARQUES DA SILVA (ADVOGADO – OAB/PE: 16485)

Excelência trata-se de matéria que não diz respeito só ao direito no sentido lato da palavra, mas diz respeito à matéria técnica-científica, onde nós estamos questionando o laudo pericial, e assim o faço com conhecimento cátedra, eu me submeto à próxima sessão fazer a...

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Nós temos que ter um tratamento uniforme, peço que Vossa Excelência tenha compreensão, viu que o feito anterior 51, deferi o pedido de preferência com sustentação oral para próxima sessão, então o processo de Vossa Excelência, o 57, adotarei a mesma providência, a isonomia de acordo com a lei, o secretário irá anotar que a preferência concedida para julgamento com sustentação oral na próxima sessão. Vossa Excelência aqui estará presente, fará a sua sustentação oral sem nenhum problema. Está esclarecido?

DR. LEOZILDO MARQUES DA SILVA (ADVOGADO – OAB/PE: 16485)

Está esclarecido.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Agradeço a compreensão.

DECISÃO:

"O PEDIDO DE SUSTENTAÇÃO ORAL PELO BEL. LEOZILDO MARQUES DA SILVA, OAB/PE Nº 16485 FOI DEFERIDO POR ESTA CÂMARA A SER PUBLICADO NOS TERMOS DO ART. 565 DO CPC. CASO TENHA INTERESSE, A PARTE ADVERSA PODERÁ COMPARECER E SE MANIFESTAR ORALMENTE. O JULGAMENTO OCORRERÁ NA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CÍVEL – 29/05/2014
APELAÇÃO Nº 261286-6 – PAULISTA
APELANTES: ANDERSON BRAZ DA SILVA E OUTROS
APELADOS: TRANSPORTADORA ITAMARACÁ LTDA. E OUTROS
RELATOR: DES. FRANCISCO MANOEL TENÓRIO DOS SANTOS
REVISOR: DES. MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA

RELATÓRIO: FLS. 500/501 DOS AUTOS.

DOUTOR LEOZILDO MARQUES DA SILVA (ADVOGADO OAB/PE 16485,
REPRESENTANDO ANDERSON BRAZ DA SILVA)

Estou como procurador do menor Anderson, à época do atropelamento constava 10 anos de idade. Agora, no dia 31 de janeiro, completou 18 anos.

Primeiramente gostaria de saudar o Desembargador Presidente, o douto Relator Doutor Tenório dos Santos e o douto Desembargador, representando aqui o Doutor Jones Figueirêdo, bem assim, a Procuradora de Justiça e demais membros, advogados, estudantes de Direito, todos aqui presentes.

O caso, em tela, é um caso altamente difícil e complicado. Trata-se de uma ocorrência de trânsito – tipo atropelamento, onde, no início, na gênese desse acidente, o laudo pericial afirmava que quem tinha culpa do acidente era o menor.

Esse acidente envolvia um ônibus da Empresa Itamaracá, e essa criança Anderson, ele vinha do colégio, precisamente às 12h10min, ele foi atropelado pelo coletivo, o qual, ao defletir à direita, que circulava pela Avenida Floresta, ao chegar ao cruzamento formado pela Rua Severiano Lopes e Rua Bonito, o ônibus defletiu à direita em ângulo e 8 metros, aproximadamente, da borda do cruzamento, ele atropelou essa criança. Lá, deixou o pneu dianteiro sobre a perna dessa criança e evadiu-se.

Então, a população revoltada, antes do motorista evadir-se, exigiu que ele desse marcha à ré, tirasse aquele ônibus da perna daquela criança. Em contrapartida, o povo apedrejou aquele ônibus.

Chamado a realizar os procedimentos periciais, chegou o Instituto de Criminalística e, através dos seus competentes peritos, realizaram os procedimentos periciais.

E pasmem, Excelências, saiu como causa determinante desse acidente, ele dizia que a criança atropelada, ao tentar atravessar a via, de forma inopinada, numa área onde o condutor do veículo atropelador não podia avistá-lo, pois,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

conforme já dito, a criança foi atropelada pelo pneu dianteiro direito do condutor.

É necessário convir, essa foi a luta do Anderson, Anderson com 10 anos de idade naquela época, pobre sim, morador de casa de COHAB, vivendo de Programa de Bolsa Família, não consta nem sequer, no seu registro, o nome de seu pai.

A Delegacia não realizou o inquérito. Chamamos o Ministério Público também, por algumas vezes, porque comunicamos à Juíza, e aí se criou uma celeuma, esse problema todo, porque o Ministério Público foi chamado por duas vezes para compor a lide, porque a criança tinha 10 anos de idade. Ele nasceu no dia 31 de janeiro de 1996 e foi atropelado no dia 18 de maio de 2006. E a Empresa Itamaracá, em nenhum momento, se pronunciou.

Essa criança, juntamente com a mãe dela, ao receber esse laudo pericial, entrou em estado de pânico, uma criança que não atravessava no cruzamento, atravessava 8 metros da borda do cruzamento, o ônibus defletiu.

Então, fui convidado para formular essa defesa dessa criança. Minha mulher tomou conhecimento, minha mulher é espírita, e ela chegou e disse assim: Leo, (ela me chama de Leo) pelo amor de Deus, veja se você faz alguma coisa por essa criança.

Então, mesmo advogando em favor do art. 4º da Lei 1060/50, Vossa Excelência há de convir que, de qualquer sorte, temos gastos, mas aqui não estou cobrando gasto nenhum.

Então, Anderson questionou, veio à Justiça, a Juíza solicitou à Delegacia, perguntando se havia o inquérito da parte criminal: nada existiu! Não constava nada.

O Instituto de Criminalística não anexou fotografia, nada, apenas dizia isso: que a criança era responsável e pronto.

Então, procuramos o Instituto de Criminalística, solicitamos as fotografias, porque uma fotografia vale mais do que dez palavras. E aí estão as fotografias no processo.

Ademais, fui ao local do crime e realizei uma reprodução simulada através de fotos. Por sorte, era o mesmo ônibus que ia defletir. A mesma linha que ele vinha pela Avenida Floresta e defletiu, ao defletir, a criança ia passando e atropelou a criança. Realizei umas fotografias, anexei no laudo.

Por que fiz isso, Excelências? Porque conheço Criminalística, conheço a ciência de Hans Gross, e conheço a Lei de 9.503, de 23/09/1997, que entrou em janeiro de 98, que é o Código de Trânsito Brasileiro. E conheço também



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

alguns artigos desse Código que ele diz que os veículos, de acordo com a hierarquia, o maior tem que respeitar o menor, as motocicletas, bicicletas e todos juntos pela incolumidade do pedestre.

Então, veio o julgamento, formulei perguntas para os Peritos Criminais. Eles responderam os quesitos. A douta Julgadora ouviu na audiência as testemunhas.

Tive o cuidado de procurar uma casa responsável por material ortopédico, cadeira de rodas, coisas que se assemelham. Fui também instruído que o tecido ósseo, a criança estava em crescimento, o organismo dele, todo o corpo, o conjunto, esses tecidos cresciam até os 21 anos de idade. E daí ele necessitava sempre, de 18 em 18 meses, de estar comprando aparelhos ortopédicos para suprir aquelas dificuldades, porque ele estava em processo de crescimento. Fiz juntada dentro dos autos também desse documento.

Devo dizer a Vossas Excelências que foi muito trabalho. Foi muita luta: era Anderson, aquele garoto que já falei o perfil dele, e a Empresa Itamaracá e a Nobre Seguro.

Saiu a sentença, o Juízo, ele reconheceu que o motorista, ele deu causa àquele acidente e atribuiu um valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para Anderson, essa criança, enquanto ele viver, ele só teria quinze mil reais para suportar todos esses danos. Todos!

Quero fazer um parêntese: recentemente, está existindo conflito, nos Estados Unidos, com uma brasileira com sete irmãs com um salão de beleza e uma outra brasileira empresária de colchões, foi fazer um trabalho de lá com cabelo, cabeleireiro, cortar cabelo, e danificaram o cabelo dela. Recentemente, ela entrou com uma ação, pedindo um milhão de dólares contra essas sete irmãs brasileiras. Simplesmente com o cabelo! E o Anderson – quinze mil reais simplesmente!

Não foi reconhecido por danos morais, quero deixar bem evidente e danos estéticos. Não foi reconhecido aquele prejuízo que Anderson vai ter até os 21 anos de idade. Digo mais: até enquanto ele viver para suprir a deficiência da sua perna perdida, que perdeu naquele acidente por um comportamento negligente, imprudente e, quiçá, de imperícia daquele preposto daquela empresa.

Não houve também a reparação dos lucros cessantes. Claro! Anderson vai perder algumas profissões que ele poderia exercer. Ele vai perder em face da ausência de parte de membro inferior direito dele.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Doutor Leozildo, Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

DOUTOR LEOZILDO MARQUES DA SILVA (ADVOGADO OAB/PE 16485,
REPRESENTANDO ANDERSON BRAZ DA SILVA)

Em síntese: em face disso, Excelências, a Empresa Itamaracá, em função do laudo pericial, diz que não reconhece a culpabilidade dela.

Vem a Companhia de Seguro, diz – por não ter seguro que reparasse os danos morais e danos estéticos, não reconhece.

E, em síntese, está aí – o Anderson acha que está sendo injusto com a ínfima indenização dele. E eu peço a Vossas Excelências que julguem e deem aquilo que Ulpiano sempre afirmava: *Fazer justiça é dar a cada um aquilo que lhe é devido.*

Muito obrigado.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Agradeço os relevantes esclarecimentos do eminente Advogado e passo a palavra ao nobre Relator.

VOTO DO RELATOR: FLS. 509/515 DOS AUTOS.

VOTO DE REVISÃO: FLS. 516/522 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

O voto do eminente Relator é negando provimento aos três Apelos: o Apelo da parte autora, da Transportadora e da Seguradora.

Ouç o voto do eminente Revisor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA (REVISOR)

Senhor Desembargador Presidente, eminente Desembargador, douta Procuradora de Justiça, o meu voto, em revisão, está digitado em 07 folhas. Apenas tenho uma divergência com relação ao *quantum* da indenização.

Dou provimento parcial ao recurso do autor, para reformar a r. sentença recorrida, para majorar o valor da indenização por danos morais para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e fixar a indenização por dano estético no valor de 20.000,00 (vinte mil reais). E negando provimento aos recursos das Rés Transportadora Itamaracá e Nobre Seguradora, reconhecendo a obrigação solidária da Seguradora, no tocante ao pagamento da indenização.

É como concluo meu voto, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

A Turma está em divergência: enquanto o eminente Relator nega provimento aos Apelos, o eminente Revisor dá provimento parcial na forma relatada.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Antes de Vossa Excelência se pronunciar, e é por isso que eu já dizia, no fim do meu voto, por enquanto – isso significa dizer que aqui, da leitura e da vista que tive nos autos, folheando os autos, verifiquei o grau, não o grau de culpa, mas o grau do acidente, as consequências do acidente que a empresa transportadora causou.

A criança, que tinha, na época, cerca de 10 anos de idade, teve que amputar a perna logo abaixo do joelho, a sua perna direita, aqui Vossa Excelência pode, depois, folhear os autos e ver as consequências do acidente.

De modo que, sendo assim, muito embora tenha dito no voto que a sentença tenha fixado o valor considerando os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, faço um reexame do meu juízo e vou refluir desse ponto para acompanhar o Revisor.

Acho que a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a título de danos morais e estéticos, é uma quantia quase que, eu poderia dizer assim, irrisória, mas não está a atender os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando as consequências do acidente, porque esta pessoa vai ficar o resto da vida praticamente paralisada sem a perna direita, a perna direita foi amputada logo abaixo do joelho. As fotografias estão aqui no processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

De modo que eu, com estas ponderações, vou refluir e acompanhar o Revisor, para dar provimento parcial, e é parcial porque ele pede o valor, diz o valor, provimento parcial ao recurso da parte autora e nego provimento aos recursos da Transportadora e também da Seguradora. Evidentemente que a Seguradora vai pagar, vai ser solidária, mas dentro do limite contratual.

É assim como voto, Presidente.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Parabenizo o eminente Relator pela sensibilidade que demonstrou e pela capacidade de examinar, com outros olhos, uma questão realmente da maior relevância. Do acidente, como dito, resultou uma lesão grave. A então criança, hoje, já com a maioridade, terá a sua perna com a amputação para o resto da vida. Isso o impedirá para inúmeras atividades.

O valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) efetivamente é irrisório, é ínfimo. Não guarda qualquer proporcionalidade com a lesão que é de caráter permanente.

Acompanho a Turma e estou habilitado a proclamar o resultado:

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO APELO DO AUTOR, PARA MAJORAR O VALOR DOS DANOS MORAIS NO APORTE DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS); E DANOS ESTÉTICOS, EM R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), COM OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA E RESPONSABILIDADE OBJETIVA; E NEGOU PROVIMENTO AOS APELOS DA TRANSPORTADORA ITAMARACÁ LTDA. E NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".
